

EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE: OS NOVOS PARADIGMAS

Antonio Mateus de C. Soares¹

Resumo: *O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o entrecruzamento dos conceitos de educação, sociedade, política e globalização, tentando desta forma compatibilizar uma inteligibilidade que explique todas as mudanças emergentes que se manifestam na educação contemporânea. Possuindo uma estilística abrangente e conceitual, a abordagem temática do artigo equacionará as mudanças de paradigmas que a educação brasileira vem passando, correlacionando uma análise conceitual/teórica com uma reflexão sob as mudanças sociais manifestas na educação e no processo ensino-aprendizagem.*

Palavras-Chave: Educação; Política; Sociedade

1- INTRODUÇÃO

Iniciaremos nossa reflexão re-lembrando importantes conceitos, que estão presentes em nossas vidas, mas que se fazem esquecer nos discursos governamentais: educação, política, sociedade, globalização. A *sociedade* é um conjunto de indivíduos que comungam de uma mesma regulamentação, ao mesmo tempo que ela é plural é singular, ao mesmo tempo que é coletiva é particular. A noção de indivíduo é elaborada em concomitância com a de sociedade; é no indivíduo que a sociedade tem seus rebatimentos. A sociedade é um resultado de interações – o eu, o outro, o nós. Incluída como parte integrante e transformadora da sociedade, a *educação* pode ser compreendida como um processo; é uma ação; é um processo contínuo que, como diria Sartre, tem o homem como projeto; o homem o seu próprio projeto; a educação é uma forma de intervenção social que deve ter como premissa a formação cidadã. O termo educação “*educare*” vem de educar, e educar é o cultivo das múltiplas inteligências, é preparar o homem para a vida.

Na conjuntura de reflexão de sociedade e educação, indicamos um fenômeno que está presente nas alterações sociais, nos referimos à *globalização*, que não é um advento recente, pode ser remetido ao século XVI, compreendida como uma interligação global que cria unidade e influência na dimensão cultural, econômica e espacial; é a diminuição da escala espaço-tempo; é uma junção de arranjos tecnológicos que indicam uma nova era para o homem contemporâneo, com impactos em sua forma de ser, agir e pensar, com impactos na educação.

E por fim, o termo mais polissêmico de todos, política, o que vem ser política? A política em entendimento amplo tem haver com as condições mínimas para a existência humana, ela não pode ser pensada como uma ação isolada ou circunscrita a um determinado momento. A política, assim como a educação, não pode ser confundida com a tarefa imposta pelas exigências da manutenção da vida individual ou da sobrevivência da espécie. A prática política seria, assim, não o sinônimo de governar, mas de falar na presença de outros que são iguais. A igualdade, longe de estar relacionada com a justiça, a submissão de todos à mesma norma e lei, seria a própria essência da liberdade, significa não estar coagido por nada nem ninguém, ou seja, transitar numa esfera onde não houvesse governantes nem governados. Política é o direito de falar e ser ouvido (ARENDT, H. 2004).

¹ Professor da FAGED/ UFBA; Mestre na USP com créditos nos Programas de Pós-Graduação dos Departamentos de Sociologia da UFSCar e da UNICAMP; Bolsista FAPESP; Sociólogo UFBA; Urbanista UNEB; Especialista em Gestão Pública Municipal – UNEB/FGV; Membro do Grupo de Pesquisa - Cultura, cidade e democracia no CRH/UFBA. E-mail: (amsoares@sc.usp.br)

Dentro deste contexto entrecruzaremos as noções referenciadas, buscando uma inteligibilidade para a educação e seus novos paradigmas, pois é notório que o século XXI, além de suas inovações tecnológicas, carrega consigo um complexo de dúvidas em relação à política educacional brasileira, em especial à educação básica. Novos paradigmas são apresentados e a educação, mais do que antes, tem que ser pensada em um contexto mais amplo e em convergência com as mutações da política e da sociedade. Desta forma, a educação pública deve ser concebida como um fato social, que na atualidade é vulnerabilizada por um perverso contexto de desigualdades sociais, que se exacerbam a cada instante, ganhando feições de uma violenta exclusão ao acesso e à qualidade de ensino. A educação, para além da escolarização, é uma importante prática de existência social, ela não pode ser compreendida como uma etapa isolada da vida, ou como uma simples necessidade social, pelo contrário, a educação é um direito inalienável de cidadania e deve ser pensada como tal. Assim, neste estudo nos voltaremos a uma reflexão sobre a política e a educação no Brasil, vislumbrando seus desafios e perspectivas.

2- EDUCAÇÃO NÃO É SÓ PROGRAMAS E PLANOS EDUCACIONAIS

É impossível negar que nas duas últimas décadas ocorreram diversas reformas educacionais, no Brasil, por exemplo, a partir da re-democratização iniciada a partir de 1985, tivemos consideráveis investimentos, sobretudo nas áreas de gestão, administração e financiamento educacional. Nas décadas de 80/90, do século XX, tivemos uma expansão da cobertura escolar, resultando de um esforço para se fazer legitimar a educação como um direito à cidadania. As reformas ocorridas são resultantes de determinadas concepções de Estados, que começaram a refletir sobre as manifestações e reivindicações de grupos sociais em lutas. Dentre estas sensíveis mudanças percebemos timidamente o início de uma descentralização administrativa e pedagógica, com estímulo à participação da comunidade e aberta à avaliação por parte de grupos sociais, associações, sindicatos etc. Contudo, a descentralização administrativa não foi seguida por uma desconcentração de poder, os programas de financiamentos não foram gerenciados de maneira contínua e participativa; a expansão do ensino não foi acompanhada por uma elevação na qualidade e na preparação dos profissionais; as reformas iniciadas não investiram em uma verdadeira prática das reformas curriculares. Enfim, tivemos pequenos “avanços” que criaram grandes perspectivas para a educação pública brasileira, entre estes “avanços” os diversos projetos pedagógicos aprovados, que não saíram das gavetas do Ministério da Educação.

As perspectivas criadas pelos programas governamentais geram uma frustração endêmica entre os profissionais da educação. Os governos da década de 1990, em específico o de Fernando Henrique Cardoso, geraram ilusões educacionais apoiadas em uma revisão do Plano Nacional de Educação e de suas legislações e normas, que lamentavelmente não sai da dimensão burocrática documental. Neste período tivemos uma revisão da LDB – Lei de Diretrizes e Bases; alterações curriculares, e instauração da interdisciplinaridade como uma ação necessária; divulgação dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais; municipalização da educação básica, com a criação de fundos de recursos como o Fundef etc. As mudanças ainda não chegaram na prática, e a nossa educação pública continua em um intenso processo de sucateamento.

Os programas instaurados no governo FHC e acrescentados pelo governo Lula, não se deram conta que a educação brasileira requer Intervenção Social imediata e os programas e planos de seus respectivos governos não foram operacionalizados para esta necessidade de intervenção. Os Estados e os Municípios ganharam relativa autonomia em relação aos repasses financeiros para a educação básica nestes períodos, contudo, ainda se mostram incapazes de alterar a realidade de sucateamento sem o apoio do governo Federal.

Os déficits da educação brasileira se incluem entre os maiores do mundo. Pesquisa da UNESCO e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico)

divulgaram uma avaliação, realizada em 41 países, sobre o desempenho de estudantes na faixa de 15 anos de idade, trazendo à tona não só as discrepâncias na área educacional entre países ricos e aqueles pobres e em desenvolvimento, mas, principalmente, as diferenças significativas entre algumas nações que enfrentaram o desafio das áreas de educação, ciência e tecnologia e que deixaram de fazer os investimentos necessários. Lamentavelmente o Brasil está entre estes países que deixaram de fazer investimentos necessários (Jorge Werthein – Revista Linha Direta). Nesta mesma pesquisa da UNESCO, se afirma que países como o Brasil e o Peru, que deixaram de promover as reformas educacionais na devida época, apareceram na pesquisa com resultados insatisfatórios e preocupantes. O Brasil, por exemplo, apresentou 16 milhões de analfabetos, e entre as crianças de 7 a 14 anos de idade, 2,6 milhões estão excluídas do sistema educacional. Somente 64,9% da nossa população possui o 1º grau.

Se somarmos os analfabetos absolutos e os funcionais (segundo a UNESCO aqueles que não completaram a 4ª série) já teremos, no Brasil, entre 60 e 70 milhões! Faltam os analfabetos digitais, políticos e outros. O que dizer da constatação do SAEB/INEP de que 74% dos alunos da 8ª série não dominam corretamente as quatro operações elementares da matemática? Ou a grande porcentagem que não consegue interpretar textos simples?

São dados quantitativos que reificam a desigualdade econômica, cultural e política, vergonhosamente naturalizada na realidade brasileira.

3- A POLÍTICA COMO EDUCAÇÃO, A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA

O entendimento da política, assim como o da educação, requer uma vinculação com um projeto de liberdade², o homem em sociedade deve ser o ator principal das investidas de uma ação política em um espaço público. A compreensão da política baseando-se na pluralidade dos homens³ deve conduzi-lo ao diálogo compartilhado entre atores diferentes. Segundo (ARENDT, H.2004) “política trata da convivência entre diferentes”, assim, a pluralidade é um somatório de unidades que convergem e divergem entre si, coexistindo com as diferenças em busca da liberdade da fala, da palavra e do reconhecimento como sujeito político de uma pluralidade social, na qual todos têm direito a uma participação política - direito a falar e ser ouvido. Ao sustentar que a política é algo vital para os indivíduos e para a sociedade, a teoria arendtiana em suas críticas à contemporaneidade, nos faz pensar sobre a questão do “*Direito a ter direitos*”, “*O direito a educação*”, “*As possibilidades de transformação*”.

Em uma rápida análise sobre o Brasil, percebemos que vivemos sob a égide da não prescrição do direito⁴ para uma grande parte de desfavorecidos na sociedade. O direito existe é bem verdade, as leis estão aí, mas não são prescritas, a negação do direito a ter direito é regra em um país de desalentados, onde milhões de pessoas vivem desassistidas e violentadas em favelas nos grandes centros urbanos ou esquecidas sem direito ao acesso à educação de qualidade, onde a vida política é desprezada e a morte banalizada. A política, conforme a análise de Hannah Arendt, parece ter se esvaziado de significado, os homens parecem não ser inclusos em um Estado Político, mas em um Estado de Exceção⁵ - definido como um regime da lei no qual a

² Segundo Hannah Arendt é a liberdade, que distingue “o convívio dos homens na *polis* de todas as outras formas de convívio humano que eram bem conhecidas dos gregos”.

³ Frase retirada do primeiro fragmento do livro, sob o título de O que é Política?, Hannah Arendt começa a enumerar suas idéias, a partir de constatações cuja simplicidade não as tornam vulgares senão altamente instigantes para todos nós. “A política”, diz ela, “baseia-se na pluralidade dos homens.” (ARENDT, Hannah, 2004)

⁴ Cf. (TELLES, 2001) “Falar dos direitos (...) significaria falar de uma perda”. Mas a autora nos chama ainda a atenção de que “as idéias de perda e de impotência montam uma armadilha que trava o pensamento por mantê-lo encerrado nos termos como as coisas vêm se armando a nossa volta, como o mundo vem se organizando”.

⁵ Não é nosso objetivo aprofundar as problematizações sobre o Estado de Exceção, contudo podemos dizer que segundo (AGAMBEM, 2003^a), a exceção é uma espécie de exclusão [...] o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora da relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com

norma vale, mas não se aplica, e atos que não possuem o valor de lei adquirem sua força. A força de lei flutua como um elemento indeterminado que pode ser reivindicado ora pela autoridade do Estado, ora pela autoridade de uma organização revolucionária.

A política como educação e a educação como política, insurge do conflito, do *dissenso*, contudo no momento em que ela se encontra esvaziada de sentido, temos uma lacuna que se preenche pela força de uma minoria de privilegiados que se faz maioria e dissolve o conceito de pluralidade e libertação, conforme defende Hannah Arendt. Em um Estado desprovido de ações e práticas verdadeiramente políticas, se instaura o que o filósofo Giorgio Agambem chama de *Homo Sacer*, uma análise sobre o poder soberano, a política e a vida, feita com constantes remissões aos trabalhos de Michel Foucault e de Hannah Arendt.

O *Homo Sacer*⁶ assenta-se em uma reflexão da vida matável, a “vida nua” que não merece ser vivida, que se localiza sempre numa zona de indiferenciação, fora do espaço jurídico e ao mesmo tempo enquadrado nele, ou seja, a vida dos desalentados que fazem parte de uma sociedade, na qual o direito existe, mas não prescreve, uma sociedade na qual o excessivo controle sobre a vida despolitizada põe em questão o seu próprio sentido.

A política como prática e condição para o direito a ter direito, entre estes o direito à educação, entra em crise e se incorpora em uma lógica de exceção, na qual os atores sociais se revestem da figura do Homo-Sacer, habitantes de um espaço despolitizado, onde a negação da política arendtiana e do mundo comum é uma constante. A crise do direito a ter direito, a ausência da fala, da palavra, da ação, do discurso são variáveis de um esvaziamento político.

4- GLOBALIZAÇÃO E REEDUCAÇÃO

A globalização, conforme referenciada na introdução deste trabalho, traz consigo um conjunto de alterações sociais, políticas e econômicas, que têm impactos marcantes na vida do cidadão e nas formas e concepções educativas. Com a globalização, diversas invenções tecnológicas surgiram para facilitar o acesso à educação, após a Internet e o avanço de programas em redes, assim como a Educação a Distância e os TIC's – Tecnologia Informacional e Científica, muita coisa mudou e novas perspectivas foram traçadas, nos levando a problematizar quais serão os novos contornos da educação?

Tendo em vista as novas necessidades educativas em suas dimensões didáticas e metodológicas, parece estarmos inseridos em uma crise de pós-modernidade (ANDERSON, 1999), na qual a educação parece se vulnerabilizar. Os avanços tecnológicos, na era pós-matrix (o filme), parece ter criado uma nova concepção de educação que põe em risco a sua definição clássica: os alunos de hoje parecem não ser mais os de antes, as salas aula de hoje não são mais as mesmas de antes, o quadro de giz não é mais o mesmo, os conteúdos programáticos logo se tornam envelhecidos frente à rapidez e troca de informação. A tecnologia e seu avanço contínuo possui dubiedades e gera um mal-estar reflexivo frente ao papel docente e suas práticas educativas.

Com o efeito da cibernética transformando a sociedade, chega-se no século XXI com a sociedade de consumo e do espetáculo e da opulência se contrapondo fortemente ao horror da fome e da miséria, presente de maneira acentuada em muitas partes do

aquela na forma de suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão. Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o *étimo*, capturada fora (*ex-capere*) e não simplesmente excluída. [...] Chamemos relação de exceção a esta forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão.

⁶ Cf. (NASCIMENTO, M.M., 2002). O *Homo Sacer* é uma figura do direito romano arcaico para designar alguém que foi julgado pelo povo e condenado por algum delito. O *Homo Sacer* não pode ser sacrificado, e quem o matar não comete homicídio. Cf. (AGAMBEM, G. 2003) O *Homo Sacer* é uma figura do direito romano. Sinônimo da vida matável que não merece ser vivida – a vida nua. Não fazendo parte de nenhuma comunidade política a situação do *Homo Sacer* é de permanente exceção.

Globo. Esse cenário, certamente, leva a uma reflexão no sistema educacional. [...] “Nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação” (FREIRE, 1996, p. 109-110).

Todo este quadro de mudança faz insurgir novos paradigmas e necessidades, entre estas a reeducação, um neologismo criado para tentar sinalizar as discussões deste novo desafio da educação. A reeducação seria: a solução de um “problema” criado pelas novas feições da pós – modernidade; é um avanço nas formas de condução do processo ensino – aprendizado; é uma “*new praxe*” pedagógica aperfeiçoada às novas necessidades do conhecimento; é um refinamento na concepção e no uso das novas tecnologias; é o desenvolvimento de habilidades com formas tecnicamente atualizadas de intervenção social; é a necessidade de adaptação de uma educação que se mostra em crise de paradigmas; é uma mudança de *habitus* (Pierre Bourdieu) e/ou de *figuration* (Nobert Elias); é um novo *ethos* para a educação.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Os desafios já foram lançados: o pensamento da educação como política, que indica uma conscientização de uma educação para a vida, para a transformação e autonomização do cidadão. Os novos paradigmas e a relação causa – efeito, globalização-mudança e reeducação, somam-se aos inúmeros desafios como baixos salários docentes, falta de estruturas físicas nas escolas públicas, preparação e qualificação de profissionais etc.

As perspectivas vão surgindo a cada momento, entre elas: aumento da jornada escolar, programas de melhorias da jornada pedagógica, elevando a qualidade, equidade e praticidade dos programas educacionais. Para além destes, podemos ainda citar como perspectivas, acesso e permanência com qualidade social; valorização da formação e do trabalho dos profissionais da educação; planejamento e gestão democrática da educação e da escola; políticas de financiamento e controle público; articulação das políticas; escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado etc.

6 – REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7a. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Homens em tempos sombrios**. I Parte: Sobre a humanidade em tempos sombrios – Reflexões sobre Lessing. Companhia das Letras. São Paulo, 1987.

_____. **O que é Política**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação**. Campinas. Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Cosas Dichas**. Buenos Aires. Gedisa. 1988.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Vozes Ltda, 1995, p. 272.

DALE, Roger. **Globalização e Educação [...]**. In: Revista Educação, Sociedade e Culturas. PORTO-PORTUGAL. (p. 133-169), 2001.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos. s/d.

FERNANDES, F. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo. Dominus. s/d

FREIRE, P. (1984a). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1984b). **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1992). **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Cortez.

FREIRE, P. (1993). **Política e educação**. São Paulo: Cortez.

NOGUEIRA (org.). **Pierrra Bordieu – Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, pp. 217-227.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Nobel, 2004.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Desenvolvimento**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.71-92.